

**O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL:
Percepção e atuação de discentes de instituições do ensino médio com relação aos
mecanismos de Controle Social**

**THE EXERCISE OF SOCIAL CONTROL:
Perception and performance of the students of institutions of high school in relation to the
mechanisms of Social Control**

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação de discentes de instituições do Ensino Médio com relação aos mecanismos de controle social. A decisão pela escolha do público alvo deu-se por entender que tais estudantes estão na iminência de entrar no nível superior, ingressar no mercado de trabalho e prestes a exercer o direito de escolher seu representante por meio do voto. E para que tal objetivo fosse alcançado, fez-se necessário a aplicação de questionário, de forma presencial, aos estudantes. A amostra resultou em 292 respostas válidas de alunos de instituições do ensino médio, entre elas, uma escola estadual, outra particular e um instituto federal. Desse modo, os principais resultados indicaram que os discentes têm pouco conhecimento sobre transparência pública e Controle Social. A maioria não tem a participação ativa no Controle Social, não fiscalizam a administração pública e mesmo estando sempre conectados a *Internet*, nunca acessaram um portal da transparência por não ter ouvido falar, demonstrando que temos muito o que avançar no exercício do controle social.

Palavras-chave: Controle social. Transparência pública. Mecanismos de controle social.

Abstract

The present work had as objective to analyze the performance of students of institutions of High School in relation to the mechanisms of social control. The decision to choose the target public was to understand that such students are on the verge of entering the upper level, entering the labor market and about to exercise the right to choose their representative through the vote. And for this objective to be achieved, it was necessary to apply a questionnaire, in person, to the students. The sample resulted in 292 valid responses from high school students, including a state school, a private school, and a federal institute. Thus, the main results indicated that the students have little knowledge about public transparency and Social Control. Most do not have active participation in Social Control, do not oversee public administration and even though they are always connected to the Internet, they have never accessed a portal of transparency for not having heard, demonstrating that we have much to advance in the exercise of social control.

Keywords: Social control. Public transparency. Mechanisms of social control.

1. INTRODUÇÃO

Quando ainda não existia um poder estatal constituído, o homem desfrutava de plena liberdade, todos podiam ter tudo o que pudessem possuir e nada nem ninguém tinha legitimação para restringir esses direitos. Isso era defendido com o uso das próprias forças, porém a humanidade resolveu trocar o seu direito à liberdade, pela garantia do direito à segurança e à proteção à vida e dos bens, assim criando a figura de Estado, repleto de poder e legitimidade (COELHO, 2009).

A falta de controle e instrumentos de fiscalização dificulta avaliar se as ações desempenhadas pelos gestores públicos atendem às necessidades sociais. Um país transparente possibilita a diminuição dos desvios de verbas e o cumprimento das políticas públicas. Segundo Sacramento (2007), a transparência é um instrumento capaz de contribuir para a redução da corrupção e de aumentar a democracia.

De acordo com Silva (2001) a corrupção no Brasil possui características endêmicas, manifestando-se em todos os segmentos da sociedade e está ligada a fatores culturais. A corrupção insere-se em um contexto amplo e o seu combate requer medidas de longo prazo. Ela acontece quando há uma aceitação tácita tanto do lado do corrupto quanto do corruptor, com naturalidade.

No Brasil, claramente há uma necessidade de que haja mais transparência das ações do Governo, pelo fato das entidades públicas terem uma grande falta de credibilidade por parte da sociedade em geral. Isso se dá por conta da frequente veiculação de notícias, na mídia em geral, sobre esquemas de corrupção no setor público, que acarretam prejuízos ao patrimônio público.

Essa situação levou o Governo Federal, em novembro de 2004, a lançar o Portal da Transparência, no qual o cidadão fiscaliza a aplicação dos recursos públicos, acompanhando a execução financeira dos seus programas e ações por meio do uso da *internet*.

Desde então, o portal tem se tornado uma importante ferramenta de apoio ao exercício do controle social, pois nele é possível saber como o dinheiro está sendo utilizado sem que haja a necessidade de qualquer tipo de senha para ter o devido acesso. Ao acessá-lo, o cidadão pode fazer três tipos de consultas: os gastos do Governo, transferências de recursos e as informações sobre os convênios firmados.

Ineficaz disponibilizar várias ferramentas para se exercer o controle social, se não há um incentivo e uma formação cidadã adequada da sociedade, e assim conseqüentemente, a falta de interesse por parte da população em ter sua efetiva participação.

A educação abre caminho para o desenvolvimento social, político, econômico, e humano de uma nação. Para Gadotti (1999), educar significa formar para se autogovernar. Um processo educacional somente será verdadeiramente autônomo e libertador se for capaz de preparar cidadãos críticos, dotados das condições que lhes permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos.

Diante dos fatos expostos, a escola tem um importante papel na vida do cidadão, na construção do seu conhecimento e na preparação para vida em sociedade, devendo contribuir para formação de cidadãos mais participativos e com um olhar crítico sobre o mundo ao seu redor. Nesse sentido, a mesma constitui-se num ambiente adequado para a discussão de vários assuntos que envolvam a questão do controle social.

Uma educação escolar cidadã reflete diretamente na vida das pessoas. Assim, os alunos estarão constituindo suas identidades como cidadãos capazes de ser protagonistas de suas ações de forma responsável. Poderão, então, efetuar suas escolhas, entre tantas possibilidades que o contexto escolar e social (ESAF, 2009).

Em meio a esse contexto surge o problema objeto desta pesquisa: **qual a atuação dos discentes de instituições do Ensino Médio com relação aos mecanismos de controle social?** Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a atuação de discentes de instituições do Ensino Médio com relação aos mecanismos de controle social.

O presente trabalho almeja uma contribuição aos estudos realizados sobre o exercício do controle social, através de uma análise sobre o entendimento, de alunos de instituições de Ensino Médio, situadas no município de Natal, Rio Grande do Norte, quanto à participação social na gestão da máquina pública e sua efetiva participação como prática de controle social.

Um dos grandes desafios para a sociedade contemporânea tem sido o de enfrentar e encontrar soluções para os problemas da fome e da miséria que existe no nosso país, causado pela má distribuição de renda, mais especificamente a distribuição dos recursos públicos (YAZBEK, 2012). Assim a importância de o cidadão exercer o controle social, é para garantir que os recursos sejam, realmente, destinados de forma correta a atender as necessidades da população.

Sendo assim, o presente estudo contribuirá com informações que ajudarão a população na construção do conhecimento e a importância dos mecanismos para exercer, de fato, o Controle Social.

De modo geral, o presente trabalho é fruto da inquietação que ronda os pensamentos dos pesquisadores, a respeito da percepção e atuação dos discentes concluintes do Ensino Médio em relação aos mecanismos do Controle Social. A importância de se escolher esse público, é pelo fato de que alguns desses alunos irão ingressar no ensino superior, e já para outros será o último momento que vão ter contato com uma instituição. Ademais, tal público apresenta uma pré disposição em ingressar no mercado de trabalho e passar a ter o exercício poder de escolha de seus representantes, por meio do voto. Tais características

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Publicidade e o dever de prestar contas

A publicidade consiste na divulgação oficial do ato para que a população tenha o devido conhecimento e após se dar início de seus efeitos externos, conforme Meirelles (2011). Este princípio está inserido no art. 37 da Constituição Federal (1988), que determina a ampla divulgação e exposição dos atos realizados pela Administração Pública, exceto em hipóteses de sigilo previstas em lei.

Essa afirmativa está em consonância com o texto constitucional e obriga o gestor público a dar ampla transparência de todos os seus atos.

A noção de publicidade primeiramente se dá pelo controle e a fiscalização dos atos dos gestores, representantes políticos, servidores públicos e todas as pessoas físicas ou jurídicas que guardem os recursos públicos. Para Di Pietro (2010), a publicidade não é apenas a

divulgação dos atos para o conhecimento de todos os interessados, mas também aos atos praticados em todas as fases do procedimento, que podem e devem ser abertas a todos os interessados, para assim assegurar a todos a possibilidade de fiscalizar sua legalidade.

Essa afirmativa está em consonância com o texto constitucional e obriga o gestor público a dar ampla transparência de todos os seus atos.

De acordo com Prado (2009), tal ferramenta não se restringe a dar publicidade aos atos do governo, com a prestação de contas dos recursos públicos. Ela retrata a integração de todos os meios de controle, em uma linguagem clara, diariamente e por meio de demonstrativos capazes de aumentar o número de controladores.

2.2 Controle social, transparência e o portal da transparência

O controle social é um complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos. A participação da população é importante, porque os recursos públicos terão uma boa e correta aplicação, assim as necessidades da sociedade serão atendidas de forma eficiente (CGU, 2016).

Siraque (2009) define o controle como o ato de vigiar, velar, examinar, fiscalizar e colher informações a respeito de algo. Esse algo é a função administrativa do Estado que desejamos controlar. Segundo ele, existe o controle institucional, que é aquele de competência interna, o Estado fiscalizando as próprias atividades do Estado por meio de repartição de poderes, e o controle social, que é o controle exercido por alguém que não seja agente público no exercício da função ou órgão do Estado.

O objetivo deste controle social é o povo controlando as atividades do Governo. Ainda segundo Siraque (2009), sua finalidade é de verificar se as decisões tomadas estão sendo executadas conforme o que foi decidido e se as atividades estão sendo desempenhadas de acordo com o que foi estabelecido em lei.

Segundo Santos (2012), surgiu no ano de 2000, a Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com o objetivo de estabelecer o equilíbrio entre a efetiva arrecadação com a execução da despesa, o aumento do controle social da execução orçamentária com a devida transparência por meio da divulgação financeira das diversas ações governamentais.

De acordo com Figueiredo e Santos (2013), com a finalidade de veicular dados e informações na *internet* aumentando os mecanismos de publicações das informações federais, em 30 de junho do ano 2005 foi publicado um Decreto da Presidência da República nº 5.482 dispondo sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal na *internet*.

Para os referidos autores, após esse fato surgiram dois meios de comunicação do governo com a Sociedade. O primeiro é o Portal da Transparência e o segundo as Páginas de Transparência Pública que apresentam, em site próprio de cada órgão, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nesse site estão disponíveis informações sobre os recursos públicos federais transferidos pelo Governo Federal a estados, municípios e Distrito Federal, para a realização ações do governo, e diretamente ao cidadão, e os dados sobre os gastos realizados pelo próprio

Governo Federal (CGU, 2016). Após essa iniciativa atualmente os estados e municípios também procuram dar transparência as contas por meio do Portal da Transparência.

Para Costa (2016), a publicação das contas públicas aumentou com o surgimento da Lei da Transparência, a Lei complementar 131/09. Teve seu surgimento em maio de 2009, com acréscimo de dispositivos a LRF, alterando o que se refere à transparência da gestão fiscal. De acordo Matos et al. (2013) esta Lei traz um aumento da transparência dos municípios e o aumento da participação da população.

2.3 Educação fiscal e atuação da sociedade

O “O país apresenta em sua cultura política características do patrimonialismo e clientelismo que prejudicam o funcionamento da administração pública” e levam a uma sociedade passiva e pouco participativa. O patrimonialismo é um termo utilizado para descrever a falta de distinção entre os bens e interesses públicos e os privados. O clientelismo é quando as tomadas de decisões dos assuntos públicos são feitas de acordo com a troca de favores para se obter apoio político (SILVA, 2011).

Esses aspectos da cultura política brasileira podem estar associados com os constantes casos de corrupção e desvios de recursos públicos que regulamente chegam ao conhecimento do cidadão. Então, se faz necessário do fomento à participação da sociedade na esfera pública por causa de uma crescente apatia do cidadão em relação aos assuntos vinculados a administração pública. Para se obter o exercício da cidadania, a população tem que conhecer os seus deveres para com o Estado, assim vão estar preparados para acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos (SILVA, 2011).

A educação é à base de construção de novos conhecimentos, possibilitando transformações nos indivíduos e na sociedade. Somente quando se prepara para atuar como cidadãos, os indivíduos conquistam as transformações necessárias (ESAF, 2009).

Então, nesse contexto que a Educação Fiscal se alinha a um amplo projeto educativo, com o objetivo de construir o bem-estar social. A relação entre custo-benefício entre o valor do tributo pago e o retorno social a população, satisfazendo as necessidades da coletividade significa o bem-estar social (NEVES, 2008 *apud* BORGES 2012).

“O conceito de Educação Fiscal deve ser compreendido como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos”. Sendo possível, tornar um cidadão estimulado a contribuir com arrecadação fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos, assim beneficiando toda a sociedade. (ESAF, 2009). Com a participação de cada cidadão, esse processo educativo possibilita a compreensão da importância do controle da sociedade sobre o gasto público.

O objetivo do Programa Nacional de Educação Fiscal é o de construir um cidadão mais consciente de sua responsabilidade como contribuinte, assim as ações desempenhadas pelos órgãos públicos, serão fiscalizadas de forma mais eficiente pela a população. (BORGES et al., 2015).

2.4 Estudos anteriores

Ao levantar pesquisas de estudos anteriores, foram identificados alguns estudos sobre o tema controle social. Alguns desses estudos serão apresentados na sequência, de modo a fundamentar a análise realizada neste estudo acadêmico e apresentar os resultados obtidos em casos que envolveram o assunto em questão.

Quadro 1 - Estudos realizados anteriormente sobre o controle social e mecanismos de controle

Autor/ano	Título	Objetivo(s)	Resultados
Corbari, Ely Célia. 2004.	ACCOUNTABILIT Y E CONTROLE SOCIAL: Desafio à Construção da Cidadania.	Discutir as mudanças ocorridas na administração pública e apresentar uma perspectiva para a construção da cidadania em dois mecanismos primordiais: <i>accountability</i> e controle social.	Verificou-se uma grande dificuldade da sociedade em avaliar a conduta dos gestores públicos, notadamente em função da ausência de informações tempestivas, suficientes e confiáveis.
Figueiredo, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. 2013.	TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	Análise da transparência e participação social da gestão pública brasileira, contribuindo para uma reflexão sobre as ferramentas de controle social.	O processo de conscientização da sociedade quanto à importância da população utilizar os instrumentos de participação é um processo de longo prazo. Diversas medidas precisam ser implantadas para o atingimento de melhorias neste cenário. Os diversos segmentos sociais necessitam ser alcançados para a obtenção da participação de uma amostra significativa da população.

Lima, José Romário de Góis, et al. 2016.	O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL: Percepção e atuação dos discentes de uma instituição de ensino superior.	Analisar sobre a forma como os estudantes das Ciências Contábeis, Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte têm exercido o Controle Social na gestão dos recursos públicos, a partir da utilização dos Portais da Transparência.	Mesmo os discentes conhecendo a importância do Controle Social e sabendo que os Portais da Transparência são ferramentas facilitadoras, a maioria dos participantes tem baixa participação no Controle Social e não se acharam estimulados a participar do exame dos dados inseridos nos Portais da Transparência.
Silva, Francisco Carlos da Cruz. 2001.	CONTROLE SOCIAL: Reformando a Administração para a Sociedade.	Evidenciar os mecanismos de controle da Administração Pública Federal com a implantação do modelo gerencial (pós-burocrático), fazendo-se uma avaliação das condições da sociedade brasileira para exercer o controle social.	O principal alicerce para o controle efetivo da administração pública, considerado na reforma gerencial em curso, seria o controle social, porém a análise de aspectos da formação cultural e política de nossa sociedade demonstram que a mesma não está preparada para exercer essa tarefa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

3. METODOLOGIA

3.1 Tipologias da pesquisa

O trabalho desenvolvido, quanto ao objetivo da pesquisa, é descritivo, tomando como base o que afirma Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como o seu principal objetivo descrever as características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre as variáveis e a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Para tanto, foi feita uma coleta de dados através de um questionário do tipo formulário, contendo dezoito questões, aplicado a alunos de escolas de ensino médio, objetivando assim analisar a percepção e

atuação dos estudantes no controle social em relação aos seus mecanismos, e interpretar os variados aspectos relativos ao fato estudado.

Segundo Beuren (2009), as tipologias de pesquisa quanto à abordagem do problema dividem-se em qualitativa e quantitativa. Na pesquisa qualitativa tem-se uma análise mais profunda em relação aos fenômenos do que está sendo estudado, e as interpretações são de uma forma mais subjetiva. Já na pesquisa quantitativa, há a utilização de instrumentos estatísticos, para a coleta e tratamento dos dados.

Para alcançar o objetivo da pesquisa foi desenvolvida uma abordagem predominantemente qualitativa, por ser possível uma análise mais profunda quanto à percepção dos alunos em relação aos mecanismos para o efetivo exercício do controle social. Para Richardson (2009), esta forma de pesquisa busca compreender, de uma forma mais detalhada, algumas definições e características das situações relatadas pelos indivíduos entrevistados.

3.2 Universo e amostra

A pesquisa em questão utilizou como população os discentes concluintes do Ensino Médio em escolas de Natal/RN, uma escola Estadual, um instituto Federal e uma escola Particular. A quantidade de alunos matriculados na 3ª série por escola, no ano de 2016: Estadual 147 alunos, no instituto Federal 124 alunos e na escola Particular 160 alunos.

Entre as diversas escolas existentes no município de Natal/RN, foram escolhidas especificamente tais instituições, por causa da facilidade de acesso proporcionada pelas mesmas para que pudesse ter sido realizada a coleta de dados pretendida. Ao longo deste trabalho, manter-se-á o sigilo quanto ao nome de cada uma das instituições, para que nenhuma delas venha a se sentir prejudicada com os resultados apresentados e já que não é a intenção da pesquisa realizar julgamentos com relação aos serviços prestados especificamente por estas instituições, mas sim avaliar a situação entre os discentes concluintes como um todo.

O total da amostra é formado por 292 alunos, que corresponde aos estudantes que estavam no momento em que foi realizada a pesquisa. A Tabela 1 apresenta a população e a amostra utilizada neste estudo.

Tabela 1 - População e amostra da pesquisa.

Escolas	nº da população	nº da amostra	% da amostra
Estadual	147	113	76%
Federal	124	72	58%
Particular	160	107	66%
Total	431	292	68%

FONTE: Elaborado pelos autores (2018)

3.3 Instrumento e processo de coleta de dados

A presente pesquisa utilizou como ferramenta para coleta de dados o questionário, que foi aplicado de modo impresso *in loco*, aos alunos de turmas concluintes do ensino médio, presentes em sala de aula, em uma escola estadual, outra particular e um Instituto Federal.

O questionário utilizado, tendo em sua composição dezoito questões de múltipla escolha, com dezessete questões objetivas e uma das questões podendo ser subjetiva ou objetiva. A coleta dos dados resultou num montante de 292 questionários válidos, com os dados gerados e tabulados em planilhas que originaram as tabelas que serão expostas no capítulo quatro, relativo à interpretação a análise dos dados.

3.4 Processamento dos dados

As respostas foram codificadas em alternativas de A a E, e apenas uma questão contendo a opção outros, de modo a facilitar a tabulação dos dados. Para ser realizada essa tabulação, foi feito uma contagem do número de respostas para cada alternativa das questões, as respostas foram agrupadas por sexo, faixa etária e o tipo da escola dos alunos participantes da pesquisa. Após isso, avaliou-se o quantitativo obtido para cada alternativa de resposta, divididos por gênero, faixa etária e por escola, para em seguida analisar a situação como um todo, mediante inferência proporcionada pela identificação dos quantitativos mais expressivos, observados por subgrupo em cada uma das questões propostas.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Está seção tem por finalidade a apresentação e análise dos resultados obtidos a partir da coleta de dados, realizada mediante a aplicação de questionário, na versão impressa.

Os resultados foram tabulados e analisados através de uma comparação entre quantitativos de alunos do gênero masculino e feminino; classificadas em: até 17 anos, de 18 a 19 anos e acima de 20 anos; e entre os tipos de escolas: estadual, federal e particular, permitindo assinalar semelhanças e disparidades entre cada um desses segmentos.

A Tabela 2 mostra o quantitativo quanto aos tipos de gênero, faixas etárias e escolas de origem. A partir de sua apreciação, observa-se que a pesquisa obteve um público respondente que totalizou 292 alunos, sendo: 113 de escola estadual, representando 39% da amostra; 107 de escola particular, relativos a 37%; e 72 de escola federal, o que corresponde a 25%.

Tabela 2 - Quantitativos de gênero, faixa etária e escolas dos respondentes.

Painel A			Painel B			Painel C		
Gênero	Qtd.	%	Escolas	Qtd.	%	Faixa Etária	Qtd.	%
Masculino	143	49%	Estadual	113	39%	Até 17 anos	194	66%
Feminino	149	51%	Federal	72	25%	Entre 18 a 19 anos	91	31%
			Particular	107	37%	Acima de 20 anos	7	2%
Total	292	100%	Total	292	100%	Total	292	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Primeiramente, buscou-se verificar a frequência de acesso à *internet* desses alunos. Após analisar os dados obtidos, percebeu-se, que a maioria dos alunos, 87% da amostra (254 alunos), independentemente do gênero, escola ou faixa etária sempre estão conectados à *Internet*.

Em seguida, foi realizado um questionamento aos alunos sobre ter ouvido falar de controle social. Diante dos dados obtidos, independentemente do gênero, escola ou faixa etária, percebe-se que 39% da amostra (115 alunos) ouviu pouco sobre o controle social, 38% da amostra (111 alunos) não tem conhecimento algum sobre o assunto e 23% da amostra (66 alunos) apenas ouviram falar sobre o assunto.

Vale salientar que muitos alunos assinalaram ter ouvido pouco e não ter conhecimento algum sobre o assunto, então percebe-se o quanto é importante que os professores do Ensino básico adotem a transversalidade da Educação Fiscal nas disciplinas ministradas por eles, assim abrangendo assuntos relacionados ao Controle Social.

Após isso, foi realizado um questionamento aos alunos sobre o que para eles seria controle social. A maioria dos alunos, de modo geral, 84% da amostra (244 alunos), respondeu o significado correto, que seria o controle da sociedade sobre a administração pública. Os alunos que responderam controle das finanças pessoais e controle da criminalidade compõem 14% e 2% respectivamente.

Percebe-se que mesmo que a grande maioria tenha ouvido pouco sobre o assunto e outra significativa parcela não tenha conhecimento algum, os respondentes optaram pela alternativa que representa exatamente o conceito de controle social. Diante das alternativas expostas no questionário, nota-se que há certa facilidade em associar a alternativa correta.

Subsequentemente, foi posto um questionamento aos respondentes quanto a mecanismos de controle social, sobre os quais já tivessem ouvido falar.

Tabela 3 - Respostas à questão: Marque o(s) iten(s) abaixo que você já ouviu falar.

Painel A Gênero	A		B		C		D		E	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Masculino	22	15%	46	32%	20	14%	87	61%	38	27%
Feminino	18	12%	44	30%	20	13%	107	72%	25	17%

Painel A Escolas	A		B		C		D		E	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Estadual	20	18%	32	28%	17	15%	75	66%	23	20%
Federal	11	15%	18	25%	9	13%	45	63%	17	24%
Particular	9	8%	40	37%	14	13%	74	69%	23	21%

Painel B Faixa Etária	A		B		C		D		E	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Até 17 anos	24	12%	63	32%	26	13%	132	68%	41	21%
Entre 18 e 19 anos	15	16%	26	29%	14	15%	59	65%	19	21%
Acima de 20 anos	1	14%	1	14%	0	0%	3	43%	3	43%

Total	40	14%	90	31%	40	14%	194	66%	63	22%
--------------	-----------	------------	-----------	------------	-----------	------------	------------	------------	-----------	------------

Nota: A - Orçamento participativo; B - Educação fiscal; C – programa olho vivo no dinheiro público; D - Cidadão Nota 10; E - Nenhum deles.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como demonstrado na tabela 3, 66% da amostra, ouviram falar do programa Cidadão Nota 10, programa esse desenvolvido no Estado, por isso teve um percentual maior em relação aos demais; 22% ouviram sobre Educação Fiscal; sobre ter ouvido de Orçamento Participativo e do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, ambos obtiveram 14%.

Os resultados relativos ao questionamento realizado a respeito da frequência com que o aluno fiscaliza as atividades da Administração Pública. Percebe-se, a partir da apreciação dos resultados, que, em termos gerais, mais da metade do público pesquisado não fiscaliza ou não tem interesse em fiscalizar a Administração Pública, o que representa 66% da amostra (195 alunos). Os que às vezes fiscalizam, compõem 33% (95 alunos) e apenas 2 alunos admitiram sempre fiscalizar a administração, 1% da amostra.

Logo após, foi questionado ao aluno as ferramentas que ele considerava como referente ao controle social. Pode-se perceber diante dos dados demonstrados na Tabela 4, que a maioria dos alunos, de modo geral, marcaram exatamente as ferramentas de controle social, que seriam elas, os conselhos municipais e os portais da transparência, no que representa respectivamente 47% da amostra (138 alunos) e 40% (117alunos).

Tabela 4 - Respostas à questão: Que(ais) itens(s) abaixo você considera como ferramenta de Controle Social?

Painel A	A		B		C		D		E	
Gênero	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Masculino	25	17%	38	27%	67	47%	41	29%	55	38%
Feminino	11	7%	57	38%	71	48%	20	13%	62	42%

Painel A	A		B		C		D		E	
Escolas	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Estadual	8	7%	39	35%	38	34%	23	20%	32	28%
Federal	10	14%	18	25%	45	63%	14	19%	34	47%
Particular	18	17%	38	36%	55	51%	24	22%	51	48%

Painel B	A		B		C		D		E	
Faixa Etária	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Até17 anos	24	12%	65	34%	97	50%	35	18%	87	45%
Entre 18 e 19 anos	11	12%	27	30%	39	43%	22	24%	29	32%

Acima de 20 anos	1	14%	3	43%	2	29%	4	57%	1	14%
Total	36	12%	95	33%	138	47%	61	21%	117	40%

Nota: A - Registrar boletim de ocorrência; B - Buscar economizar nos gastos do dia a dia; C – Conselhos municipais; D - Não gastar além do salário recebido no mês; E - Portais da transparência.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Porém alguns alunos responderam itens que não condiz como uma ferramenta de controle social, 32% da amostra (95 alunos), marcou buscar economizar nos gastos do dia a dia; os que selecionaram como não gastar além do salário recebido no mês, compõe 20% (61 alunos), e por fim, os que marcaram registrar boletim de ocorrência, 12% da amostra (36 alunos).

Em um questionamento feito anteriormente perguntava ao aluno sobre o conceito de controle social, e 84% respondeu o conceito correto, que seria o controle da sociedade sobre a administração pública, porém teve um alto índice de pessoas que selecionaram as ferramentas que não condizem com o controle social. Então, percebe-se a necessidade de ser desenvolvida uma política de conscientização da sociedade.

Após, foi realizado o questionamento ao aluno sobre como ele considera a sua participação no controle social. Compreende que de modo geral, a maioria dos alunos acha a participação deles pouco significativa e irrelevante no controle social, respectivamente, 57% da amostra (166 alunos) e 34% (98 alunos). Os alunos que tem sua participação ativa, representam 9% da amostra (27 alunos), e apenas um aluno tem a participação muito ativa.

Diante do que foi exposto, nota-se que é uma pequena parcela dos discentes que possuem sua participação no controle social ativa, então se dá a importância de ser desenvolvido nas escolas projetos em que se fale mais sobre o assunto e desenvolva um pensamento crítico entre os discentes.

Depois, foi feito o questionamento ao aluno de como ele poderia participar do controle social na cidade em que ele reside. De modo geral, os itens que os alunos mais escolheram foram acessar informações pela *internet*, no que compõe 57% a amostra (166 alunos) e participar dos conselhos municipais, representaram 36% (105 alunos). Buscar informações diretamente no governo e lendo informativos em jornais obtiveram respectivamente 23% e 16%.

Como foi apresentado, o item mais escolhido entre os alunos, foi buscar as informações pela *internet*, então é importante que os governos devam melhorar sua transparência, porém não fazer apenas a divulgação, mas sim deixar as informações nos portais da transparência de forma que, permita ao cidadão ter uma melhor compreensão do que está sendo divulgado e que seja possível solicitar as informações aos órgãos e obtenham as respostas. Os demais itens, buscar as informações diretamente no governo, obteve um percentual de 23% (66 alunos) e ler informativos em jornais compõe 16% da amostra (46 alunos).

Em seguida, foi feito o questionamento ao aluno sobre o conhecimento que ele tem sobre a transparência pública. Boa parte dos alunos tem pouco conhecimento sobre transparência pública, 35% da amostra (101 alunos). Os alunos que tem conhecimento razoável e nenhum, compõem um total respectivamente 29% da amostra (84 alunos) e 24% (71 alunos). Apenas, 11% da amostra (32 alunos), tem um conhecimento bom sobre transparência pública, e os alunos que tem o conhecimento excelente sobre o assunto, representa somente 4 alunos.

Subsequentemente, diante do questionamento sobre já ter ouvido falar sobre o Portal da Transparência e por qual meio, observou-se, de modo geral, que a maioria dos alunos ouviram falar, 64% (188 alunos). Porém, há uma grande quantidade de alunos que nunca ouviu falar sobre o portal da transparência, 36% da amostra (104 alunos).

Perante o questionamento quanto a já ter acessado um Portal da Transparência, constatou-se, de modo geral, a maioria dos alunos nunca acessaram um Portal da Transparência, 62% da amostra (182 alunos). Os alunos que acessaram uma vez, correspondem a 18% da amostra (53 alunos); os que raramente acessam, 15% (45 alunos) e apenas 4% da amostra (12 alunos) afirmam sempre acessar o portal.

Posteriormente, foi realizado um questionamento sobre quais informações o aluno possivelmente buscaria ao acessar o Portal da Transparência, obtiveram-se os seguintes dados dispostos na Tabela 5. Diante deles, nota-se que não ocorreram diferenças significativas entre os itens apresentados na questão, não havendo um item de destaque comparado aos demais.

Foi possível observar que as alternativas apresentadas na Tabela 5, teve uma soma acima de 100%, esse fato ocorreu pela a possibilidade dos discentes poder marcar mais de uma alternativa de resposta, então buscou-se analisar a porcentagem que cada item representou em cada quantitativo quanto aos tipos de gênero, faixas etárias e escolas de origem.

Tabela 5 - Respostas à questão: Que(ais) tipo(s) de informação(ões) você buscaria no portal da transparência?

Painel A Gênero	A		B		C		D		E	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Masculino	65	45%	51	36%	66	46%	66	46%	49	34%
Feminino	62	42%	60	40%	82	55%	82	55%	65	44%

Painel A Escolas	A		B		C		D		E	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Estadual	21	19%	31	27%	57	50%	50	44%	35	31%
Federal	58	81%	28	39%	23	32%	29	40%	22	31%
Particular	48	45%	52	49%	68	64%	69	64%	57	53%

Painel B Faixa Etária	A		B		C		D		E	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Até 17 anos	91	47%	85	44%	105	54%	104	54%	87	45%
Entre 18 e 19 anos	36	40%	26	29%	40	44%	41	45%	26	29%

Acima de 20 anos	0	0%	0	0%	1	14%	3	43%	3	43%
Total	127	43%	111	38%	146	50%	148	51%	116	40%

Nota: A - Salário de funcionário público; B - Dinheiro da administração pública; C – Realização de projetos do governo; D - Gastos da administração pública; E - Possíveis desvios de dinheiro público.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Por fim, foi realizado o questionamento sobre a importância dos portais da transparência para o controle social. A maioria dos alunos considerou os portais da transparência importante e muito importante para o controle social e, no que representa respectivamente 47% da amostra (137 alunos) e 42% (124 alunos). Porém, existem os alunos que não consideram os portais importantes, 7% da amostra (21 alunos) responderam que o portal é pouco importante e 3% (10 alunos) falou que é sem importância.

Observa-se que a maioria dos alunos tem pouco conhecimento sobre controle social e transparência pública, e nunca acessaram um portal da transparência, mas mesmo assim acham que é uma importante ferramenta para o controle social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise geral dos resultados obtidos na pesquisa, foi possível perceber que, a maioria dos alunos ouviu pouco sobre Controle Social, mas conseguiu relacionar de forma correta o seu conceito e boa parte deles assinalou exatamente as ferramentas de controle, as quais seriam: o portal da transparência e os conselhos municipais. Os discentes ouviram falar dos demais programas desenvolvidos para o aumento do controle social, expostos no questionário, porém, há uma grande quantidade de alunos que nunca souberam de nenhum programa.

Vale atentar-se para o fato de que ainda muitos alunos assinalaram não ter conhecimento algum sobre o assunto, havendo uma quantidade considerável de respondentes que não souberam de nenhum dos programas desenvolvidos para promoção do Controle Social e vários que assinalaram ferramentas não condizentes com efetivo exercício deste controle.

Ao longo deste trabalho, destacou-se o quanto é importante que os professores do Ensino Básico adotem a transversalidade da Educação Fiscal em suas disciplinas, abrangendo assim assuntos relacionados ao Controle Social. Diante dos resultados obtidos, percebeu-se a evidência de tal necessidade.

Boa parte dos alunos ouviu sobre o portal da transparência, acessam a *internet* com frequência, o escolheram como forma de participação no Controle Social da cidade em que residem, buscando informações sobre a gestão governamental na *internet*, porém, nunca acessaram um portal da transparência e desconhecem a transparência pública.

De modo geral, observou-se também que, apesar da maioria dos alunos ter pouco conhecimento sobre controle social e transparência pública e nunca terem acessado um portal da transparência, eles consideramos portais uma importante ferramenta para o controle social.

A maioria dos discentes, não fiscaliza a administração pública, e acham a participação deles pouco significativa e irrelevante no controle social. Observa-se uma falta de interesse pela a população em assuntos relacionados à administração pública, consequência de constantes casos de corrupção e da falta de motivação a participação da sociedade.

Entre as escolas, a que obteve maior desempenho foi na federal. Os alunos da referida instituição têm melhor entendimento sobre o controle social, apresentaram maior conhecimento quanto ao portal da transparência, entre os itens que buscariam em um portal, obteve destaque o salário dos funcionários público e não houve nenhum discente que considerou sem importância o portal da transparência. Já na escola estadual, observou-se uma maior deficiência dos aspectos expostos, havendo necessidade de políticas públicas para reverter este quadro.

Com relação às análises desenvolvidas nessa pesquisa, deve ser levada em consideração a possível ausência de comprometimento com a veracidade das respostas, não podendo, serem interpretados de forma generalizada. Apesar disso, não compromete a qualidade dos resultados obtidos.

Recomendam-se outras pesquisas para que seja verificada a percepção e atuação em outras amostras de estudo, com outros segmentos da sociedade, em virtude da relevância do tema, uma vez que estudos dessa natureza possam servir de alerta à sociedade quanto à importância de uma efetiva participação social no controle da gestão governamental.

A conscientização da população quanto à importância de se utilizar instrumentos de participação é um processo longo. Assim, diversas medidas precisam ser feitas para se atingir as melhorias do cenário apresentado. Os programas voltados para a educação fiscal precisam se tornar realidade nas escolas, introduzindo nos componentes curriculares, os conceitos sobre transparência, controle social e outros diversos assuntos relacionados.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

BORGES, Erivan Ferreira. **Educação fiscal e eficiência pública**: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos pela administração municipal. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11144>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____, Erivan Ferreira; PEREIRA, Jose Matias; DA COSTA BORGES, Gilmara Mendes. **Gestão pública no Brasil**: uma proposta de mensuração da educação fiscal do cidadão. 2015. Acesso em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/download/55522/107578>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA

ASSUNTOS JURÍDICOS. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

COELHO, Ricardo Correa. **Estado, governo e mercado**. 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/38218924/caderno_estado_governo_e_mercado_1.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **Programa olho Vivo no dinheiro Público**. Disponível em: <www.cgu.gov.br/olhovivo>. Acesso em 08 out. 2016.

CORBARI, Ely Célia. **Accountability e controle social: desafio à construção da cidadania**. 2004. Disponível em: <<http://revistas.facbrasil.edu.br/cadernosnegocios/index.php/negocios/article/view/14>>. Acesso em: 23 out. 2016.

COSTA, Miquéias do Nascimento. **Análise dos portais da transparência dos municípios da Zona da Mata paraibana após o advento da lei nº 12.527/2011**. 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10283>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2015.

ESCOLA DE ADMINITRAÇÃO FAZENDÁRIA. Educação Fiscal no contexto social. **Cartilha editada pela ESAF**. 2009. Disponível em <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000008690.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

FIGUEIREDO, Vanuza da Sila; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. **Transparência e controle social na administração pública**. 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/download/6327/4715>>. Acesso em: 04 set. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, José Romário de Góis, et al. **O Portal da Transparência no Exercício do Controle Social: Percepção e atuação dos discentes de uma instituição de ensino superior**. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/SUCC/article/view/3359>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MATOS, Nyalle Barboza, et al. **Avaliação de portais de transparência dos 30 municípios mais populosos da Região Nordeste**. 2013. Disponível em:

<<http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/607>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Mailheiros Editores Ltda, 2011

PRADO, Otavio. **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise**. 2009. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/democraciadigital/dinizetal2009.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva. **Transparência na Administração Pública: O que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador**. 2007. Disponível: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewArticle/2579>>. Acesso em: 04 set.2016.

SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. **A responsabilidade fiscal e a ausência do aspecto social**. 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/1277>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SILVA, Francisco Carlos Cruz. **Controle Social: Reformando a Administração para a Sociedade**. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302002000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 04 set. 2016.

SILVA, José Francisco da. **A educação para a cidadania fiscal: ações do Programa Nacional de Educação Fiscal-PNEF no ensino fundamental e médio**. 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/5866>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005>. Acesso em: 13 out. 2016.